

AVALIAÇÃO DOS CURSOS UNIVERSITÁRIOS DE ECONOMIA

RELATÓRIO SÍNTESE GLOBAL DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA

I. Introdução

1. A Comissão de Avaliação Externa de Economia (CAE) concretizou a avaliação de 19 dos 21 cursos universitários que lhe foram propostos. Numa apreciação preliminar entendeu não se justificar a avaliação do curso de Economia e Gestão do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares (ISEIT) do Instituto Piaget, de Viseu, por se tratar de um curso com componentes de Gestão dominantes sobre as de Economia, que deveria portanto ter sido submetido a avaliação com os cursos de Gestão, dois anos antes; do mesmo modo, entendeu não se justificar a avaliação do curso de Economia e Finanças da Universidade Fernando Pessoa, por se tratar de curso em “desactivação”.

2. A CAE teve a composição decidida pelo Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAVES). Afigura-se-lhe, no entanto, que há vantagem em rever a metodologia de constituição das Comissões de Avaliação Externa, que deverá procurar apoiar-se mais no conhecimento que exista das pessoas a convidar e da sua disponibilidade. Dos 20 membros que a constituíam seis nunca chegaram a integrá-la, havendo entre os 14 restantes alguns que reconhecida e justificadamente não poderiam participar no total das visitas que caberiam a cada sub-comissão. Teve de recorrer-se, tardiamente, a assessores, não tendo sido possível mobilizar senão dois, face ao pouco tempo que lhes era dado para se envolverem no processo. Foram eles o Professor Claude Berthomieu, da Universidade de Nice, e o Professor Alberto Meixide Vecino da Universidade de Santiago de Compostela, que só puderam colaborar em três e duas visitas, respectivamente.

As condições de trabalho resultantes haviam de revelar-se difíceis, com acumulação do esforço para além do razoável.

As regras de funcionamento e o calendário de execução foram no entanto cumpridos. Deu-se execução ao “procedimento contraditório”.

II. Apresentação dos resultados

3. A CAE registou dificuldades de funcionamento no capítulo da coordenação entre as sub-comissões, e em particular ao nível da compatibilização de critérios. Por essa razão ficou em causa o alcance de níveis de homogeneidade suficientes, pelo que não é legítima a comparação dos resultados entre o “bloco” coordenado pelo Presidente e os

restantes, sendo os mesmos apresentados separadamente, como forma de explicitar e sublinhar essa heterogeneidade.

Esta matéria constitui, em si mesma, a “nota final” deste relatório (secção V). Consequentemente, mesmo as comparações que se ensaiam, de seguida, devem ser lidas com cuidado podendo as diferenças reflectir formas diferentes de avaliar a questão. Para minorar esse potencial problema, procurámos concentrar-nos em itens relativamente aos quais fosse possível construir alguns indicadores mais objectivos.

4. As classificações atribuídas obedecem aos critérios estabelecidos no Guião para a Avaliação Externa, que graduam as classes de **A** (“excelente”) a **E** (“insuficiente”), em **B** se considerando situações de “muito bom”, em **C** as de “bom” e em **D** as que poderiam designar-se de meramente “suficiente”.

Em termos do processo de avaliação, verifica-se que nem todos os “itens” avaliados conduziram a uma diferenciação significativa entre universidades. De resto, como seria naturalmente de esperar, em regra a variabilidade é maior nos blocos I e II, por serem neles em maior número os cursos avaliados.

Os “alunos”, “corpo docente” e “relações externas/internacionalização” (embora este último seja uma mescla com pouco sentido) aparecem em todos os blocos como elementos de diferenciação razoável; nos blocos I e II são ainda bastante evidentes níveis razoáveis de variabilidade na “organização institucional”, nos “conteúdos programáticos”, nas “instalações e equipamentos” e na “empregabilidade”.

A análise dos resultados decorrentes da avaliação dos *alunos* e a do *corpo docente*, dois dos factores mais relevantes para a determinação da qualidade, podem ser levadas mais longe, mesmo em termos de síntese, em larga medida por assentarem em dados mais objectivos.

5. Em relação aos *alunos* e no que respeita às condições de “acesso”, registam-se práticas com níveis de exigência muito diferenciados: de um lado, dependência exclusiva da prova específica de Matemática, peso relativo idêntico na ponderação das classificações do “secundário” e da prova específica, e não concessão do acesso a candidatos com classificações inferiores a 9,5 ; de outro lado, grande “facilitação” do “acesso” por aceitação das provas específicas mais diversas (Direito, Economia, Filosofia, Matemática, Português, Psicologia, Sociologia), por ponderações bastante mais favoráveis às classificações obtidas no “secundário” e por aceitação, no final, de candidatos com notas de candidatura inferiores a 9,5 valores.

Embora as grandes diferenças nos *numeri clausi* afectem a validade das comparações, as situações de maior grau de exigência, referenciadas pelos critérios anteriores, registaram-se na Universidade Nova de Lisboa e nas universidades de Aveiro, Católica de Lisboa e Católica do Porto, Coimbra, Minho e Porto e no ISCTE. As situações mais “permissivas” encontraram-se nas universidades Autónoma de Lisboa, Independente,

Lusófona, Lusíada de Lisboa e Lusíada do Porto. Refira-se, a este respeito, que a CAE não considerou particularmente relevante o argumento comum invocado por várias destas universidades de, no interesse social, abrirem oportunidades aos alunos que não obtiveram classificações mínimas de ingresso no ensino superior público, na presunção de que as preocupações devem existir essencialmente em relação à qualidade dos licenciados. A CAE reconhece que a actual política de propinas do Estado (nível e tratamento fiscal) pode propiciar um enviesamento da procura, em desfavor das restantes universidades que assim serão tentadas a compensar essa situação com critérios menos rigorosos. No entanto, há outros aspectos que não podem ser ignorados.

Com efeito, o baixo nível de exigência, que começa por favorecer o preenchimento das vagas, pode vir a ter efectivo reflexo negativo no aproveitamento escolar, não devendo menosprezar-se os efeitos perversos que daí podem derivar sobre o nível de exigência e sobre a qualidade do ensino e da aprendizagem ao longo dos cursos; além de que as atitudes facilitadoras do “acesso” não determinam na prática, no processo pedagógico, medidas efectivas de acompanhamento que promovam o sucesso dos menos preparados.

Há, de resto, correlação significativa entre a exigência no “acesso” e o tempo necessário para a conclusão do curso. Nas universidades “mais exigentes” só 20% dos alunos, em média, precisam de dois anos ou mais, para além da duração normal do curso, para o concluir. Nas cinco referidas como “menos exigentes”, a média ultrapassa os 50%, havendo casos de cerca de 70% (Universidade Autónoma de Lisboa e Universidade Lusófona) e um caso superior a 75% (Universidade Lusíada de Lisboa). Claro que esta ineficácia é também resultante da ausência frequente de regras de “precedências” e de “prescrições” ou do seu incumprimento bastante generalizado. Desta ausência de rigor resulta, ainda, o acumular de alunos nos últimos anos dos cursos e um elevado grau de insucesso escolar.

A correlação entre o grau de exigência nas condições de acesso e a estrutura etária dos alunos é, do mesmo modo, muito significativa. No conjunto da população escolar os estudantes com 25 anos ou mais representavam cerca de 60% nas universidades Lusíada de Lisboa e Lusíada do Porto, e na Lusófona; na Universidade Autónoma de Lisboa representava cerca de 50% e na Independente cerca de 40%. Na Universidade de Évora, onde o grau de exigência no “acesso” deixa também a desejar, mais de $\frac{1}{3}$ dos alunos precisam de dois anos ou mais, além do normal, para terminar o curso, e a estrutura etária dos estudantes revela igualmente um peso elevado dos que têm 25 anos ou mais (36%).

As condições de “acesso” dos alunos andam de facto associadas, como seria de esperar, ao tempo de permanência do estudante na universidade e, portanto, à estrutura etária do corpo discente. O argumento de que tal resulta de uma política de abertura a estudantes trabalhadores não encontrou confirmação, já que a quase generalidade das Universidades não tem um horário específico com esse fim.

6. As características do *corpo docente* são outro factor de diferenciação marcada entre as várias universidades. Sem avançar na consideração da produção científica, que

permite distinguir as instituições que perseguem objectivos de “criação” de conhecimento das que funcionam apenas na perspectiva da “transferência” de conhecimento, é possível explorar a informação colhida quanto à qualificação académica dos docentes, a qual, naturalmente, se mostra altamente correlacionada com o desenvolvimento da investigação científica.

É muito significativo o número de universidades em que menos de $\frac{1}{3}$ dos seus docentes tinham o doutoramento como qualificação académica (universidades Autónoma de Lisboa, Beira Interior, Independente, Lusíada de Lisboa, Lusíada do Porto, Lusófona e Portucalense), conjunto que, com a UTAD, vem a corresponder às que não conseguiam entregar mais de metade das disciplinas do plano de estudos à responsabilidade de elementos doutorados do seu corpo docente.

No extremo oposto, as universidades Católica do Porto, Évora, Minho, Nova de Lisboa, Porto e Técnica de Lisboa, tinham mais de metade do seu corpo docente doutorado, o que lhes permite atribuir cerca de $\frac{3}{4}$ das responsabilidades de “regência”, ou mesmo mais, a docentes com o grau de doutor.

A agravar a situação de algumas universidades menos dotadas em recursos docentes, deparamos com estruturas etárias em envelhecimento. Os casos mais agudos serão os da Universidade Autónoma de Lisboa (53% do corpo docente com 50 anos ou mais) e da Universidade Lusíada de Lisboa (41%); mas a Lusófona e a Lusíada do Porto têm também mais de $\frac{1}{4}$ dos docentes naquele escalão etário.

7. Com resultados pouco diferenciadores no comportamento global das universidades, não pode, ainda assim, deixar de referir-se, no âmbito dos *processos pedagógicos*, o muito generalizado baixo nível de sucesso dos alunos. É matéria para que já alerta a duração excessiva frequentemente registada na conclusão dos cursos, e a que se fez já menção; mas há disciplinas em que o sucesso escolar é francamente deficitário, sobretudo, como é sabido, nos primeiros anos, especialmente, mas não só, em disciplinas de matemática. Por esses resultados têm de ser responsabilizadas mais as instituições do que os alunos, até porque tem muito de discricionário o poder delas na fixação dos critérios de selecção dos estudantes; e a permissividade que estabeleçam aquando do “ingresso” tem de ser responsabilmente assumida com métodos pedagógicos, com actividades propedêuticas, com regimes de acompanhamento e aconselhamento que acrescentem hipóteses de sucesso aos candidatos menos qualificados que procuram ou aceitam.

Em universidades referenciadas como menos exigentes no “acesso” (Autónoma de Lisboa, Independente, Lusíada de Lisboa e Lusíada do Porto) e também na Portucalense, chega a registar-se em certas disciplinas relações de sucesso de apenas 7%, ao analisarem-se as relações “aprovados/inscritos”, a denunciarem relações “aprovados/avaliados” insatisfatórias e, para além disso e sobretudo, níveis de “desistência” inaceitáveis. Há disciplinas do 1º ano, na Autónoma de Lisboa, na Independente, na Lusíada de Lisboa, na Lusíada do Porto, na Portucalense, onde os níveis de “desistência” vão de mais de $\frac{1}{4}$ dos alunos aos $\frac{2}{3}$. Mas eles são também

inaceitáveis noutras universidades: no ISCTE e nas universidades de Coimbra, Évora e Minho há disciplinas do 1º ano com taxas de “desistência” superiores a 40%.

III. O processo de avaliação – algumas recomendações

8.As observações feitas indiciam níveis de qualidade bastante diferenciados entre as licenciaturas avaliadas e, de forma muito generalizada, níveis de ineficiência elevados. As situações concretas estão objectivamente referenciadas nos Relatórios de Avaliação Externa (RAE) produzidos, acompanhadas das sugestões e recomendações mais relevantes, o que não obsta a que, em jeito de síntese, deixemos de sumariar outras recomendações para outros destinatários.

8.1 A actividade analítica e crítica que os RAE condensam integra, em todos os casos, grande número de sugestões e recomendações dirigidas aos cursos. Estas destinam-se, também, às universidades onde eles são ministrados, porque a capacidade de actuação não reside exclusivamente nos cursos e na sua gestão. Frequentemente, ela inscreve-se, de forma determinante, nos órgãos centrais da Universidade, tanto mais quanto mais centralizado for o modelo de gestão implantado. No caso das universidades privadas acresce, ainda, a dependência das entidades instituidoras.

Há, no entanto, dois outros “endereços” para envio de recomendações e sugestões, que são o “sistema de avaliação” (CNAVES e Conselhos de Avaliação “sectoriais”) e o Ministério da tutela.

8.2 No que ao sistema de avaliação respeita, começa por se deixar referência à necessidade de rever os “guiões”, particularmente o Guião da Auto Avaliação (GAA), adequando-os à luz da experiência já adquirida. Há vários aspectos em que o GAA deve ser actualizado e simplificado, com vantagens para a “Avaliação” e para as instituições que elaboram os Relatórios de Auto Avaliação.

Por exemplo, a utilidade que se retira das listagens de instalações e equipamentos é muito reduzida face ao esforço que exige a compilação de alguns dados; a pretensão de fazer análises comparativas com base nas informações que se consegue obter sobre recursos financeiros não será atingida no estágio actual da contabilidade analítica das universidades; os inquéritos devem satisfazer regras mínimas de normalização na sua feitura e na sua aplicação e as respostas devem assegurar representatividade; a “empregabilidade”, pela sua importância, tem de ser tratada de modo mais adequado, mais válido e mais eficaz. A tudo isto se voltará na parte IV.

Mas há vários outros aspectos sobre que se sugere reflexão e decisão clarificadora, designadamente quanto aos “campos de apreciação” que estão definidos e quanto ao seu

conteúdo. Faz sentido juntar *ambiente académico e apoio social*? *Relações externas e internacionalização*? Que conteúdo deve atribuir-se à *organização institucional e à gestão da qualidade*? Para além disso, importa reflectir sobre o sistema de classificações e alternativas possíveis.

8.3 É, igualmente, oportuno voltar a sublinhar a referência feita, de início, à metodologia de constituição das CAE: importa que o CNAVES e os Conselhos de Avaliação procurem apoiar-se no conhecimento que exista das pessoas a convidar e da sua disponibilidade para se comprometerem no processo, responsabilizando devidamente quem aceita a tarefa. Assim se reduzirá o risco de as CAE virem a ser confrontadas com problemas práticos de difícil solução para um funcionamento eficaz. Um maior envolvimento dos coordenadores na constituição da respectiva equipa parece ser, por isso, desejável.

Mesmo sem cair na ilusão de que este poderá ser um processo do qual possa resultar um “ranking” dos cursos, não se pode esquecer a necessidade de assegurar maior homogeneidade na avaliação, o que pode conseguir-se com recurso à disponibilidade de membro(s) das CAE que possa(m) integrar todas as sub-comissões. Complementarmente, haveria vantagem em conceber alguns indicadores objectivos e quantificados que contribuam para reduzir a subjectividade. São aspectos a que também voltaremos e que interessam a todas as CAE, independentemente da área científica em que se integram os cursos em avaliação, sobre os quais o CNAVES deveria reflectir e criar, ou fomentar a criação, de metodologias adequadas.

Mas há que voltar à constituição das equipas, porque a procura e indigitação de avaliadores deve ter ainda em atenção a questão, extremamente complexa, do distanciamento conveniente dos avaliadores em relação ao objecto da avaliação. Sem se pôr em causa a integridade dos avaliadores, há que ter em conta quer a “escala” do exercício (Portugal é um país pequeno) quer o relacionamento próximo, muitas vezes generalizado, dos agentes do processo. O geral bom relacionamento e conhecimento pessoal dos actores, que noutras circunstâncias é particularmente positivo, acaba por poder condicionar, mesmo que inconscientemente, as apreciações. Até porque o grau de conhecimento e relacionamento não é, obviamente, o mesmo em todas as circunstâncias.

O modelo praticado tem assentado na existência de “pares” nacionais (a maior parte), de estrangeiros e de “representantes” do meio exterior à Universidade. Reitera-se a necessidade de reforçar a presença de professores estrangeiros, criando-se efectivas possibilidades de participação, para o que não será despiciendo a forma como são convidados e as condições de presença oferecidas, que estão longe de mobilizadoras. Do mesmo modo, existe, também, a necessidade de reforçar a presença efectiva de representantes do meio exterior às universidades cujo envolvimento tem deixado muito a desejar, não se aproveitando estes exercícios para pôr em prática as opções tantas vezes anunciadas em intervenções as mais variadas.

8.4 Quanto à análise dos recursos financeiros, designadamente para avaliar dos custos por aluno envolvidos, a CAE teve de renunciar a ela. De facto, enquanto não existirem e estiverem aplicadas regras de contabilidade comuns e não existir total transparência no financiamento, não se justifica, nem resulta, tentar a análise porque o défice de comparabilidade dos dados a porá sempre em causa. Neste domínio, e sobretudo nas universidades públicas, todas as tentativas de avaliação da eficiência na utilização dos recursos sairão frustradas, enquanto não forem reconsideradas e claramente definidas as regras de autonomia das universidades, designadamente no âmbito financeiro, com a concomitante obrigatoriedade de procederem à auditoria e publicitação das suas contas consolidadas.

8.5 No tocante ao último aspecto abordado, os níveis de autonomia, a CAE deseja explicitar a sua convicção de que não é dignificante, longe disso, e parece até inaceitável, a tutela a que estão votados os estabelecimentos de ensino universitário privados, particularmente em matérias de índole pedagógica, para cuja análise as instâncias administrativas do Ministério não estão qualificadas. O resultado tem sido longos meses de espera por uma decisão, acabando muitas vezes por funcionar o mecanismo da autorização “tácita”.

A sociedade e o sistema universitário nada ganham com estas indefinições ou falta de clarificação. O Ministério não sai dignificado e as universidades vêem-se, sem justificação, coarctadas no seu direito de promover, por vezes, simples adequações curriculares, ou totalmente desmotivadas para alcançar maior eficiência ou melhores níveis de qualidade.

8.6 Quanto à “empregabilidade”, factor que se reconhece entre os mais relevantes, se não o mais válido, como forma de aferir da relevância e qualidade dos cursos, alguma avaliação foi possível. Mas importa que seja o sector “empregador”, isto é o mercado, a pronunciar-se, de forma global, de acordo com metodologia científica adequada, a efectivar por instituição especializada e competente para o efeito. A metodologia actualmente utilizada repousa fundamentalmente em inquéritos junto de licenciados, levados a cabo pela própria instituição, inquéritos cuja qualidade é muitas vezes discutível e que frequentemente carecem de representatividade.

Um complemento útil no exercício da avaliação pela CAE seria o que resulta da possibilidade de, em reunião aberta, ouvir os “empregadores” que correspondem ao convite; mas também aqui se colocam problemas de representatividade a que urge estar atento.

IV – Para uma reflexão estratégica: contributos

9. Do relato feito entende a CAE dever proporcionar ao CNAVES um sublinhado de aspectos antes referenciados que parece serem particularmente relevantes numa reflexão estratégica que urge empreender.

9.1 *As bases do trabalho de avaliação*

Deve insistir-se na elaboração de RAA suficientemente objectivos e críticos. A experiência vivida aponta como desejável o incentivo e a insistência na auto-crítica; e aponta ainda como necessária a explicitação de atributos e a definição de referenciais objectivos que, sem excluir a avaliação qualitativa complementar, permitam maior homogeneidade na apreciação comparativa. Não será difícil a construção de um conjunto de indicadores que dê cobertura razoável ao, ainda assim, vasto leque de matérias a avaliar.

9.2 *As equipas de avaliação*

Enquanto não se dispuser de um conjunto de indicadores relativos a atributos relevantes e suficientemente claros que assegurem objectividade, a homogeneidade na avaliação será extremamente difícil de atingir, como se revelou no caso presente. Pode em todo o caso de ser substancialmente melhorada se as equipas tiverem a tarefa dimensionada, em termos humanos, por forma que, pelo menos um dos seus membros (com vantagem para o Presidente), integre todas as “comissões de visita”. Em alternativa, será útil considerar uma composição das sub-comissões em “rede”, por forma a garantir que alguns dos membros de uma sub-comissão façam parte de outras. De referir que não se tem dúvida de que no exercício de avaliação a que se refere este relatório, a homogeneidade está assegurada ao nível dos “blocos” de cursos coordenados pela mesma pessoa (Presidente ou Vice-Presidente).

Matéria extremamente relevante também, do ponto de vista estratégico, é a que tem que ver com o “formato” das equipas e com o processo da sua constituição que assegurem o “distanciamento” do maior número de avaliadores em relação ao objecto de avaliação, atingível com proporção mais elevada de “estrangeiros” e de membros exteriores às universidades, mesmo que à custa da redução dos “pares” nacionais, e a participação efectiva dos membros dessas duas categorias.

9.3 *O “referencial” da avaliação*

Entende a CAE que é de manter o princípio de não explicitar os resultados da avaliação sob a forma de *rankings*, pelo menos enquanto os principais problemas de comparabilidade, anteriormente referidos, não forem ultrapassados. Contudo, a presente norma de classificação por “campos de apreciação” não obsta e pode até convidar a que se tente uma ordenação das instituições, embora tendo por base ponderações subjectivas dos diversos “campos”.

Acontece, entretanto, que o recurso à classificação por “campos” tem, ou pode ter, efeitos perversos; porque as instituições poderão organizar os seus RAA para se apresentarem nos vários “campos” em função da *norma*, subvalorizando a componente de auto crítica que é, porventura, o factor mais enriquecedor do processo. O que, só por si, põe em causa os objectivos da avaliação.

A CAE sugere que se proceda a uma reflexão aprofundada de revisão dos diferentes “campos”, havendo entre os seus elementos algum consenso em se expressar a avaliação final sob a forma de uma arrumação por classes, através da inserção num dado grupo. Por exemplo, “os três primeiros”, “os cinco primeiros cursos”, etc., ou os cursos do grupo “A”, “B”, etc. Esta metodologia permitiria que os comentários e sugestões parcelares pudessem ser expressos com maior liberdade, sem a preocupação de os tornar compatíveis com uma classificação parcelar, tantas vezes objecto de contestação.

9.4 Aspectos de enquadramento

Há matérias que pela sua natureza exigem levantamentos específicos que não podem caber às CAE e que importa “regular”, até porque são necessárias análises comparativas.

Uma dessas matérias é a utilização dos meios financeiros e a avaliação dos custos, uma vez que, além do mais, a diversidade de instituições não torna fácil a comparabilidade dos dados (são completamente diferentes, a este respeito, os enquadramentos institucionais público, privado e o da Universidade Católica); por outro lado, as bases contabilísticas não são homogéneas. Sugere-se que se pondere sobre a clarificação da autonomia e a realização de auditorias específicas, como se referiu em 8.4.

Outra matéria é a que respeita aos vários inquéritos (aos docentes, aos alunos, aos ex-alunos...) cujas bases de sustentação são muito frequentemente precárias. Justifica-se o estabelecimento de directivas claras que cubram, desde os questionários e os momentos de realização dos inquéritos à observância de princípios de representatividade, sem o que é limitado o interesse no aproveitamento dos resultados.

Específica e destacada pela importância é a análise do que se tem referenciado por “empregabilidade”. É consensual que elementos relativos ao emprego dos licenciados são dos mais relevantes para avaliar a qualidade do ensino universitário; mas para isso tem de haver levantamentos por entidades independentes e especializadas.

Finalmente, a CAE considera que o processo de avaliação, naquilo que se tem por fundamental (incentivar melhorias na qualidade do desempenho), possa beneficiar do alargamento do âmbito do trabalho, envolvendo outras instâncias na discussão dos problemas e na procura de “melhorias”. Em particular, as associações profissionais públicas poderiam ser estimuladas, enquanto estruturas interessadas nestes problemas, a debater com as universidades questões tão actuais (face a “Bolonha”) como os perfis profissionais e sua correspondência com os três níveis de ensino, as competências necessárias a uma conveniente inserção no mercado de trabalho, a diferenciação da oferta, a acreditação; tudo numa perspectiva de melhoria da empregabilidade.

V – Nota final

Lamenta-se que o processo de avaliação dos cursos de Economia, a que respeita este Relatório, tenha terminado sem que tenha sido possível integrar os resultados da avaliação entre “blocos” assegurando-se, assim, a comparabilidade da avaliação dos cursos atribuídos ao Presidente e aos Vice-Presidentes. O esforço de coordenação fez-se até ao ponto de realizar ajustamentos que, na óptica dos coordenadores, se aproximassem o mais possível de garantir alguma comparabilidade. Mas as sub-comissões coordenadas pelo Presidente concluíram que tais ajustamentos afectavam a coerência interna da avaliação (dentro) do bloco. Teve de regressar-se assim, neste caso, aos resultados sem ajustamentos, porque com eles se considera assegurada a coerência, e portanto a comparabilidade, *dentro* do conjunto de cursos integrados em cada uma dessas sub-comissões.

04.08.04

Bloco I – 1ª e 3ª Subcomissões
(Coordenador – Prof. A. Simões Lopes)

| | Nova (Lisboa) | Católica (Lisboa) | Coimbra | Algarve | Beira Interior | Lusófona. | Lusíada. (Lisboa) | Autónoma (Lisboa) |
|--------------------------------------|------------------|----------------------|---------|---------|----------------|-----------|----------------------|----------------------|
| 1. Organização institucional | A | A | B | B | B | C | C | C |
| 2. Objectivos do curso | A | A | A | B | B | B | D | D |
| 3. Plano de estudos | A | A | B | C | C | C | C | C |
| 4. Conteúdos programáticos | A | A | A | B | B | C | C | C |
| 5. Alunos | A | B | B | C | C | E | E | E |
| 6. Proc. pedagógico | B | B | C | C | C | C | D | C |
| 7. Corpo docente | A | A | B | C | C | C | D | D |
| 8. Pessoal não-docente | B | B | B | B | B | B | B | B |
| 9. Instalações/equipamentos | B | B | C | B | C | C | D | D |
| 10. Recursos financeiros * | | | | | | | | |
| 11. Relações Ext/Internacionalização | A | B | B | C | C | C | D | D |
| 12. Ambiente académico | A | A | B | B | B | B | C | C |
| 13. Gestão da qualidade | B | B | B | C | B | C | C | C |
| 14. Empregabilidade | A | B | B | B | B | D | D | D |

* Não se procedeu à classificação por se ter registado limitações inultrapassáveis na comparabilidade dos dados

Bloco II – 2ª e 4ª Subcomissões
(Coordenador – Prof. J. A. Girão)

| | Católica (Porto) | Évora | Porto | Técnica (Lisboa) | ISCTE | Independ | Portugalense |
|-------------------------------------|---------------------|-------|-------|---------------------|-------|----------|--------------|
| 1. Organização institucional | B | E | A | A | C | C | C |
| 2. Objectivos do curso | B | B | B | B | B | D | C |
| 3. Plano de estudos | C | C | B | B | C | C | C |
| 4. Conteúdos programáticos | B | B | A | B | B | C | C |
| 5. Alunos | B | D | A | C | B | E | D |
| 6. Processo pedagógico | B | C | B | B | B | C | B |
| 7. Corpo docente | B | C | B | B | C | D | C |
| 8. Pessoal não-docente | A | B | B | A | C | B | B |
| 9. Instalações/equipamentos | B | D | B | A | C | C | A |
| 10. Recursos financeiros * | | | | | | | |
| 11. Relações Ext/Intenacionalização | B | C | B | C | C | D | D |
| 12. Ambiente académico | A | C | A | B | A | B | B |
| 13. Gestão qualidade | B | C | B | C | B | C | C |
| 14. Empregabilidade | A | C | A | B | B | E | C |

* Não se procedeu à classificação por se ter registado limitações inultrapassáveis na comparabilidade dos dados

Bloco III – 5ª Subcomissão
(Coordenador – Prof. Alberto de Castro)

| | Aveiro | Minho | UTAD | Lusíada (Porto) |
|--------------------------------------|--------|-------|------|--------------------|
| 1. Organização institucional | B | B | B | C |
| 2. Objectivos do curso | B | B | C | D |
| 3. Plano de estudos | B | B | C | C |
| 4. Conteúdos programáticos | B | B | B | D |
| 5. Alunos | B | B | D | E |
| 6. Processo pedagógico | C | C | B | C |
| 7. Corpo docente | C | B | C | E |
| 8. Pessoal não-docente | B | A | C | C |
| 9. Instalações/equipamentos | A | B | D | B |
| 10. Recursos financeiros * | | | | |
| 11. Relações Ext/Internacionalização | C | B | C | D |
| 12. Ambiente académico | B | B | B | D |
| 13. Gestão da qualidade | C | B | C | D |
| 14. Empregabilidade | B | B | C | C |

* Não se procedeu à classificação por se ter registado limitações inultrapassáveis na comparabilidade dos dados.

ANEXO

CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO EXTERNA DOS CURSOS DE ECONOMIA

1ª SUBCOMISSÃO

Presidente: Prof. Doutor António Simões Lopes
Vogais: Prof. Doutor João Alberto de Sousa Andrade
Prof. Doutor João Fernandes Rebelo
Prof. Doutor José da Silva Costa
Prof. Doutor João Ferreira do Amaral
Dr. José da Silva Lopes
Profª Doutora Margarida Proença
Doutor João Cabral dos Santos
Prof. Doutor Jaime Reis
Secretária: Drª Leonor Valente

2ª SUBCOMISSÃO

Presidente: Prof. Doutor José António Girão
Vogais: Prof. Doutor António Cunha Brandão
Prof. Doutor Jaime Reis
Prof. Doutor João Albino Matos da Silva
Secretária: Drª Rita Lage

3ª SUBCOMISSÃO

Presidente: Prof. Doutor António Simões Lopes
Vogais: Prof. Doutor João Ferreira do Amaral
Prof. Doutor José da Silva Costa
Prof. Doutor José Miguel Beleza
Prof. Doutor João Fernandes Rebelo
Prof. Doutor João Sousa Andrade
Prof. Doutor Claude Berthomieu
Secretária: Drª Leonor Valente

4ª SUBCOMISSÃO

Presidente: Prof. Doutor José António Girão
Vogais: Prof. Doutor Jaime Reis
Prof. Doutor João Albino Matos da Silva
Profª Doutora Maria Margarida Proença de Almeida
Secretária: Drª Rita Lage

5ª SUBCOMISSÃO

Presidente: Prof. Doutor Alberto João Coraceiro de Castro
Vogais: Prof. Doutor Alberto Meijide Vecino
Prof. Doutor Fernando Brito Soares
Prof. Doutor João Ruiz de Almeida Garret
Prof. Doutor Nuno João de Oliveira Valério
Doutor Victor Augusto Mendes dos Santos
Secretário: Engº Guido Orlando de Freitas Rodrigues

DADOS CURRICULARES DOS MEMBROS DAS 1ª E 3ª SUBCOMISSÕES

Nome: António Simões Lopes

Categoria: Prof. Catedrático

Instituição: ISEG - UTL

Departamento: Economia

Áreas de Interesse: Economia Regional; Economia Urbana; Desenvolvimento

Qualificações Académicas:

Doutoramento (Univ. de Oxford e Universidade Técnica de Lisboa)

Destaques de Actividade:

1: Bastonário da ordem dos Economistas

2: Foi Reitor da UTL

3. Foi Presidente do Conselho de Avaliação da Fundação das Universidades Portuguesas

Publicações e Comunicações

- Vários Livros: destaque para DESENVOLVIMENTO REGIONAL (5ª Edição)
- Vários artigos publicados em revistas da especialidade

Nome: João Alberto de Sousa Andrade - **Categoria:** Prof. Catedrático

Instituição: Universidade de Coimbra - **Departamento:** Faculdade de Economia

Áreas de Interesse: Economia Monetária; Política Monetária e Financeira; Macroeconomia; Econometria Aplicada

Qualificações Académicas:

Contabilista (ICL);

Licenciado em Economia (UTL - ISEG);

Doctorat d'État en Sciences Économiques (Université de Poitiers);

Agregação na Universidade de Coimbra

Destaques de Actividade:

1:Co-coordenador do Mestrado Econom_ **2:**Coordenador de 5 IP c/13 Univ. europeias

3:Prof. Convidado Univ. Nice e Poitiers_ **4:**Resp. Contra Programa Financi Anexos UP

Publicações e Comunicações

Livros(>93): *Análise Econométrica*, 1993, Texto ed.; *Introdução à Economia*, 1998, Minerva. Últimas com. e art.: *Régimes Monétaires et Théorie Quant. du Produit Nominal au Portugal, 1854-1998 (Congrès 09-2003, AFSE)* ; *Uma Análise Macro do P-Ouro em Portugal (c/ Ant. Portugal, XXIII Encontro APHES, 11-2003)*; *Um Modelo VAR para uma Avaliação Macro de Efeitos da Integ. Europeia da Econ Portuguesa (Conf. :Irkutsk, CEDIN, 12-2002)*; *Taux de Chômage Naturel comme Indicateur de Politique Économique ? Une Application à l'Écon Portugaise (BCE, XXL-A, 2002)*.

Nome: João Fernandes Rebelo

Categoria: Prof. Catedrático

Instituição: U. Trás-os-Montes e Alto Douro(UTAD) **Depart.:** Economia e Sociologia

Áreas de Interesse: Microeconomia; Economia Industrial; Métodos Quantitativos/Econometria; Economia Agrária

Qualificações Académicas:

- Agregação em Economia - Teoria Económica e Métodos Quantitativos-UTAD, 2000
- Doutoramento em Economia - UTAD, 1993
- Licenciatura em Economia - Fac. de Economia da Universidade de Coimbra, 1980

Destaques de Actividade:

Ensino; Investigação; Administração (Coordenação do Departamento); Colaborações diversas com entidades extra-universitárias

Algumas Publicações (últimas)

- V. Mendes and João Rebelo (2003). Structure and Performance in the Portuguese Banking Industry in the Nineties. *Portuguese Economic Journal*, Vol. 2(1): 53-68.
- H. Xiaoyou; J. V. Caldas and João Rebelo (2002). Returns to education during the reform of state-owned enterprises in Hunan, People's Republic of China. *Labour* 16 (3): 513-535.
- Rebelo, João; M. Teixeira and J. V. Caldas (2002). Economic Role, Property Rights, Labour Skills and Technology in the Portuguese Wine Co-Operatives. *Annals of Public and Cooperative Economics*, 73 (1): 111 -133.
- Rebelo, João; M. Teixeira and J. Vaz Caldas (2000). The Effects of Labour Skills on the Economic Role of Portuguese Wine Co-Operatives. *Revista Estudos de Gestão - Portuguese Journal of Management Studies*. Vol. V(2): 127-137.
- Rebelo, João (2000). Medição da Evolução da Produtividade Total dos Factores: O Índice de Malmquist. *Revista Gestão e Desenvolvimento*, 9: 43-79.
- Rebelo, João and V. Mendes (2000). Malmquist Indices of Productivity Change in Portuguese Banking: The Deregulation Period. *International Advances in Economic Research*, 6(3): 531-543.

Nome: José da Silva Costa

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Faculdade de Economia da Universidade do Porto

Departamento: Economia

Áreas de Interesse: Economia Regional e Urbana ; Economia Pública; Finanças Públicas

Qualificações Académicas:

Ph. D. em Economia pela University of South Carolina (1994) com equivalência ao grau de Doutor em Economia pela Universidade do Porto (1986).

Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (1974).

Destaques de Actividade:

- 1: Director da Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- 2: Presidente da Assembleia Geral da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional
- 3: Membro do Conselho da Profissão da Ordem dos Economistas
- 4: Presidente da Assembleia da Secção Regional Norte da Ordem dos Economistas.

Publicações:

Vários artigos e Livros publicados

Nome: João Martins Ferreira do Amaral **Categoria:** Prof. Catedrático

Instituição: ISEG/UTL **Departamento:** Economia

Áreas de Interesse: Macroeconomia; Estudos sobre complexidade; Política Económica; Economia multisectorial

Qualificações Académicas:

Agregado em Economia (ISEG) 1993

Doutor em Economia (ISEG) 1984

Licenciado em Economia (ISEG) 1970

Destaques de Actividade:

1: Orientou até ao momento 11 teses de doutoramento e 14 de mestrado

2: Actualmente, coordenador do projecto de investigação sobre a análise da estrutura sectorial da economia portuguesa no âmbito da UECE, Unidade de Estudos sobre Complexidade na Economia (ISEG)

Publicações e Comunicações

"Curso Avançado de Economia Multisectorial". Escher 1991

"Política Económica ". Cosmos 1996

"Complexity and information in Economic Systems" in *Perspectives on Complexity in Economics* UECE/ISEG 1999

"Funções de conjunto convexas: uma aplicação ao método dos mínimos quadrados" Revista de Estatística vol I 2000

"Dependência externa e dinâmica sectorial: o caso português" (em colaboração) IV Conferência sobre Economia Portuguesa, CISEP, ISEG 2001

"Introdução à Macroeconomia" (em colaboração). Escolar Editora 2002

"Sistemas dinâmicos generalizados" Comunicação na Conferência sobre Complexidade. Arrábida 2002

Nome: José da Silva Lopes

Instituição: Banco de Portugal

Áreas de Interesse:

A: Economia

Qualificações Académicas:

Licenciatura pelo ISCEF (UTL)

Destaques de Actividade:

1: Análise de problemas da economia portuguesa

Nome: Maria Margarida Proença de Almeida

Categoria: Prof^a Catedrática

Instituição: Universidade do Minho

Departamento: Economia

Áreas de Interesse:

A: Comércio Internacional

B: Economia Industrial

C: Economia Europeia

Qualificações Académicas:

Licenciatura em Economia, ISEG, 1975

Pd.D. em Economia, 1986, University of South Carolina, EUA

Equivalência ao doutoramento, Faculdade de Economia do Porto, 1987

Agregação , Universidade do Minho (Comércio Internacional)

Destaques de Actividade:

1:Directora do Núcleo de Estudos de Economia Industrial, Internacional, Europeia **2:**Directora do Mestrado em Economia

Publicações e Comunicações

Vários artigos e livros publicados

Nome: Jaime Reis

Categoria: Investigador Coordenador

Instituição: Instituto de Ciências Sociais

Áreas de Interesse:

A: História Económica

Qualificações Académicas:

Doutorado ,Univ.Oxford; Agregado, UNL

Até 1993 Professor Catedrático, Faculdade de Economia UNL; 1995 a 2001, Professor Catedrático, Instituto Universitário Europeu, Florença

Destaques de Actividade:

1: Com. Exec. Ass. Internacional Hist. Econ., 1994-2002

2: Conselho Redacção, Revista. Hist.Econ. (Madrid); idem European Economic History Review

3: Socio corresp. Academia de Ciências de Lisboa; **4:** Presid. European Historical Economics Society,1998-9

Publicações e Comunicações

“Bank Structures, Gerschenkron and Portugal (pre-1914)” in Douglas J. Forsyth and Daviel Verdier (eds), The Origins of National Financial Systems. Alexander Gerschenkron Reconsidered (London, Routledge, 2003).

“An Art, not a Science? Central Bank Management in Portugal under the Gold Standard, 1854-1891”, Economic Research Department, Bank of Portugal, WP 6-02, May 2002.

“Moeda e Crédito” in Nuno Valério (coord.), Estatísticas Históricas Portuguesas (INE, 2001).

“How Poor was the Periphery before 1850? The Mediterranean versus Scandinavia” in Jeffrey Williamson and Sevket Pamuk (eds.) The Mediterranean Response to Globalization before 1950 (Routledge, 2000).

Nome: Luís Miguel Beleza

Instituição: BCP

Qualificações Académicas:

1972 - Licenciatura em Economia (UTL)

1973 - Pós-graduação em investigação operacional, Fundação Calouste Gulbenkian

1979 - Doutoramento (Ph.D.) em Economia. M.I.T., Cambridge, MASS. E.U.A.

Destaques de Actividade:

1979 Professor associado, Faculdade de Economia, UNL

1979-83 Técnico assessor, Banco de Portugal

1984-87 Economista, Fundo Monetário Internacional, Washington, E.U.A

1987-89 Administrador, Banco de Portugal

1990-91 Ministro das Finanças

1992-94 Governador do Banco de Portugal

1994 Consultor, Banco Comercial Português

1995 Administrador (não executivo). Siemens Portugal

Nome: João Santos

Categoria: Senior Economist

Instituição: Federal Reserve Bank of New York

Departamento: Research Department

Áreas de Interesse:

A: Banking and banking regulation

B: Design of financial systems

C: Corporate finance

D: Corporate governance

Qualificações Académicas:

1995 PhD. Boston University

1995 MA Boston University

1986 Licenciatura em Economia, Universidade Nova de Lisboa

Destaques de Actividade:

1: Lecturer, Boston University

2: Economist, Federal Reserve Bank of Cleveland

3: Economist, Bank for International Settlements

Publicações e Comunicações

Publicações em “refereed journals”

Diversas comunicações em conferências

Nome: Claude Berthomieu

Categoria: Professor catedrático

Departamento: Ciências Económicas da Faculdade de Direito e Ciências Económicas

Instituição: Universidade de Nice (Sophia Antipolis)

DADOS CURRICULARES DOS MEMBROS DAS 2ª E 4ª SUBCOMISSÕES

Nome: José António B. S. Girão

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Univ. Nova de Lisboa

Departamento: Faculdade de Economia

Áreas de Interesse:

A: Econometria

B: Políticas Macroeconómicas

C: Econ. do Desenvolvimento e das Instituições

D: Economia Europeia

Qualificações Académicas:

Engenheiro Agrónomo (ISA/UTL)

Ph. D. Em Economia (Cornell University, USA)

Destques de Actividade:

Vice-Reitor da UNL

Consultor do Banco de Portugal

Presidente do Conselho Científico/FE/UNL

Director, Comissão Europeia

Nome: António Brandão

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Faculdade de Economia do Porto **Departamento:** Economia

Áreas de Interesse:

A: Economia Industrial

B: Teoria dos Jogos

C: Microeconomia

D:

Qualificações Académicas:

Agregação na Faculdade de Economia do Porto

Doutoramento pela Faculdade de Economia do Porto

Licenciado pela Faculdade de Economia do Porto

Destaques de Actividade:

Coordenador do Grupo de Economia da Faculdade de Economia do Porto

Director do Mestrado em Economia da Fep desde o ano lectivo de 1995/96 até ao fim do ano de 1998

Até ao final de 1998 membro da comissão de coordenação do Programa de Doutoramento da FEP

Nome: Jaime Reis

Categoria: Investigador Coordenador

Instituição: Instituto de Ciências Sociais

Departamento:

Áreas de Interesse:

A: História Económica

Qualificações Académicas:

Doutorado, Univ. Oxford; Agregado, UNL

Até 1993 Professor Catedrático, Faculdade de Economia UNL; 1995 a 2001, Professor Catedrático, Instituto Universitário Europeu, Florença

Destaques de Actividade:

Com. Exec. Ass. Internacional Hist. Econ., 1994-2002

Conselho Redacção, Revista. Hist. Econ. (Madrid); idem European Economic History Review

Socio corresp. Academia de Ciências de Lisboa;

Presid. European Historical Economics Society, 1998-9

Nome: João Albino Matos da Silva

Categoria: Professor Catedrático

Instituição: Universidade do Algarve
Economia

Departamento: Faculdade de

Áreas de Interesse:

A: Economia e Política do Turismo

B: Teoria Económica

C: História do Pensamento Económico
Científica

D: Ensino Superior e Política

Qualificações Académicas:

Licenciatura em Economia, ISEG, 1975.

Mestrado em Economia, ISEG, 1986.

Doutoramento em Economia, ISEG, 1991.

Agregação em Turismo, Universidade do Algarve, 1995.

Destaques de Actividade:

Docente do Ensino Superior Universitário (1982 -)

Membro de associações/centros de investigação nacionais e internacionais.

Presidência de órgãos de gestão universitários

Membro de comissões de avaliação de cursos de Turismo

Nome: Maria Margarida Proença de Almeida **Categoria:** Prof.^a Catedrática

Instituição: Universidade do Minho

Departamento: Economia

Áreas de Interesse:

A: Comércio Internacional

B: Economia Industrial

C: Economia Europeia

Qualificações Académicas:

Licenciatura em Economia, ISEG, 1975

Pd.D. em Economia, 1986, University of South Carolina, EUA

Equivalência ao doutoramento, Faculdade de Economia do Porto, 1987

Agregação , Universidade do Minho (Comércio Internacional)

Destaques de Actividade:

Directora do Núcleo de Estudos de Economia Industrial, Internacional,
Europeia

Directora do Mestrado em Economia

DADOS CURRICULARES DOS MEMBROS DA 5ª SUBCOMISSÃO

CURRICULUM VITÆ

Alberto João Coraceiro de Castro

GRAUS ACADÉMICOS

Licenciatura em Economia, Faculdade de Economia do Porto, 1974.

PhD em Economia, Universidade da Carolina do Sul, Março de 1985*.

Dissertação de doutoramento: “Job Tenure: The Unionization, Concentration, Firm Size Nexus”, sob a orientação do Professor John Addison.

CARREIRA ACADÉMICA

Professor Associado, Universidade Católica Portuguesa, 1991 -

Professor Associado, Faculdade de Economia do Porto, 1991 - 1996 (actualmente em licença sem vencimento).

Professor Auxiliar, Faculdade de Economia do Porto, 1985 - 1991.

Professor Convidado, Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional do Porto, 1988 - 1991.

"Research and Teaching Assistant", departamento de Economia da Universidade da Carolina do Sul, 1981 - 1984.

Assistente, Faculdade de Economia do Porto, 1976 - 1985.

Assistente Estagiário, Faculdade de Economia do Porto, 1974 - 1976.

OUTROS ELEMENTOS CURRICULARES

Actualmente:

Director da Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa

Coordenador Científico do Programa Contacto - ICEP

Consultor da APICCAPS (Associação Portuguesa dos Industriais do Calçado, Componentes e Artigos de Peles e seus Sucedâneos).

Consultor da Quaternaire Portugal.

Editor Associado da revista International Contributions to Labour Studies.

Membro do Conselho Permanente do International Working Party on Labour Market Segmentation.

Membro do Conselho Editorial das revistas “Emprego, Formação e Trabalho” e “Economia e Prospectiva”.

Membro fundador da EALE (Associação Europeia de Economistas de Trabalho).

Membro da EARIE (Associação Europeia de Investigação em Economia Industrial).

Anteriormente:

Director da Unidade de Gestão do Plano Tecnológico Regional.

Consultor para a Comissão Europeia no quadro da actualização do Livro Branco (Grupo de Trabalho “Work Organisation and Flexibility”).

Director da Licenciatura em Economia da Faculdade de Economia do Porto, 1988 a 1991.

Membro do Conselho Editorial da revista Novos Desafios.

Membro do Grupo de Trabalho responsável pelo documento preparatório do estudo para o Parque Tecnológico do Norte.

Membro do Núcleo de Estratégia Ciência e Tecnologia da Universidade do Porto.

CURRICULUM VITAE

Alberto Meijide Vecino

Situación profesional

Catedrático del Departamento de Fundamentos del Análisis de la Universidad de Santiago de Compostela.
Director del Centro de Investigación Económica y Financiera (CIEF) de la Fundación Caixa Galicia.

Títulos académicos

Licenciado y Graduado. Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales. Universidad de Santiago de Compostela (1972).
Master of Arts (Economics). Universidad de Essex (Gran Bretaña) (1974).
Doctor en Ciencias Económicas. Universidad de Santiago de Compostela (1982).
Con anterioridad, desempeñó los cargos de Director del Departamento de Fundamentos del Análisis Económico (Universidad de Santiago) y Director del Instituto Universitario de Desarrollo de Galicia (IDEGA) de la Universidad de Santiago.

Estancias en el extranjero

Visiting scholar en las universidades siguientes : University of Cambridge (U.K., 1982), Massachussets Institute of Technology (USA, 1986), The London School of Economics and Political Science (U.K., 1991).

Investigación y publicaciones

Investigación en economía laboral y economía regional. Director de diversos proyectos en ambos terrenos y publicaciones nacionales e internacionales relacionadas con estos temas. Ha colaborado en diferentes proyectos con las siguientes instituciones: Instituto de Estudios Fiscales, Instituto de Estudios Laborales, Ministerio de Economía, Comisión Europea, Eurostat, Consellería de Economía de la Xunta de Galicia.

CURRICULUM VITAE

Fernando Brito Soares

EDUCAÇÃO:

- Agregação em Micoeconomia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, 1988;
- Ph.D. in Agricultural and Resource Economics, University of California at Berkeley, 1979;
- Licenciatura em Agronomia, Instituto Superior de Agronomia, Universidade Técnica de Lisboa, 1968;

ACTIVIDADE ACADÉMICA

- Professor Catedrático, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, 1989...
- Director, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, 1993-96 e 1996-99;
- Professor Associado, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, 1985-89;
- Presidente do Conselho Pedagógico, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, 1984-88;
- Professor Auxiliar, Faculdade de Economia, Universidade Nova de Lisboa, 1980-85.

ÁREAS DE INVESTIGAÇÃO

- Micoeconomia; Modelos Económicos do Sector Agrícola; Política Agrícola; Sector Agro-industrial.

PUBLICAÇÕES RECENTES

- O Crescimento da Agricultura, in Silva, A.F. e Lains, P. (ed). História Económica de Portugal, 1700-2000, Vol. III - Século XX, cap. 3.6 (no prelo)
- Breves Reflexões sobre os Fundamentos da Política Agrícola da União Europeia, in Agricultura Economia e Sociedade - Ensaios em homenagem ao Prof. Fernando Estácio, IFADAP, Lisboa, 2001.
- Agricultural Income and Productivity In the European Union: Convergence or Divergence among Members? Working Paper n. 20/2000, ICER, Turin, December 2000 (with Roberto Ronco).

CURRICULUM VITAE

João Ruiz de Almeida Garrett

Qualificações Académicas:

- . Doutor em Ciências Político-Económicas pela Faculdade de Direito de Coimbra

Funções actuais:

- . Director do Departamento de Economia da Universidade Portucalense
- . Director do Centro de Estudos de Economia Aplicada - Universidade Portucalense

Cargos desempenhados:

- . Colaborou na instalação dos cursos universitários de Angola e Moçambique.
- . Responsável por parte significativa do III Plano de Fomento.
- . Presidente do Centro de Planeamento da Presidência do Conselho.
- . Participou em Cursos de Doutoramento em Paris e Madrid.
- . Responsável pelos Estudos Jurídicos de Macau.
- . Director da Faculdade de Direito de Macau.

Áreas de Investigação:

- . Economia Internacional, Macro Economia, História do Pensamento Económico e Política Económica

Publicações e Comunicações:

- . Pagamentos Internacionais
- . Política Económica
- . Sobre a Teorização da Economia no Mudar do Milénio
- . Estudos Sobre Globalização da Economia (Santiago de Compostela)

CURRICULUM VITAE

Nuno João de Oliveira Valério

Categoria profissional:

Professor catedrático do grupo IV (Ciências Sociais) subgrupo A (História) do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Principais funções actualmente desempenhadas:

Presidente da Associação Portuguesa de História das Relações Internacionais.

Coordenador científico do Gabinete de História Económica e Social do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Co-director da Revista de História Económica e Social.

Presidente do Conselho Científico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Membro da Direcção da Ordem dos Economistas.

Membro suplente do Conselho Económico e Social.

Publicações recentes:

"Finances publiques et structure de l'Etat au Portugal 1851-2000" Économies et Sociétés, 1/2003: 115-162. (Co-autora: Eugénia Mata).

"Portugal: an overview" Mokyr, Joel (organizador) Oxford Dictionary of Economic History Oxford University Press, New York, 2003.

"As finanças das regiões autónomas 1977-2000" Revista de História Económica e Social, 2ª série, nº 5, 2003. (Co-autora: Eugénia Mata).

História económica de Portugal - uma perspectiva global 2ª edição revista Presença, Lisboa, 2003. (Co-autora: Eugénia Mata).

O crescimento económico moderno - introdução a uma história da economia mundial contemporânea 2ª edição revista Presença, Lisboa, 2004. (Co-autora: Ana Bela Nunes).

História da economia mundial contemporânea 2ª edição revista Presença, Lisboa, 2004. (Co-autora: Ana Bela Nunes).

CURRICULUM VITAE

Victor Augusto Mendes dos Santos

Qualificações Académicas:

- * Ph D em Economia – University of South Carolina (USA), 1990
- * Licenciatura em Economia – Fac. Economia do Porto, 1982

Funções actualmente desempenhadas:

Director do Gabinete Estudos da CMVM – Com. Mercado Valores Mobiliários
Colaboração diversa com algumas Universidades

Áreas de investigação

Economia Financeira, Econometria/Métodos Quantitativos, Economia Industrial e Microeconomia

Publicações mais recentes:

- * C. Alves and **V. Mendes** (2003). Information, Corporate Governance Policy and Company Performance: The Portuguese Case. *Corporate Governance: An International Review* (forthcoming).
- * **V. Mendes** (2003). O Investidor Particular Português em Valores Mobiliários. *Direito dos Valores Mobiliários*, Vol IV: 69-84.
- * **V. Mendes** and J. Rebelo (2003). Structure and Performance in the Portuguese Banking Industry in the Nineties. *Portuguese Economic Journal*, Vol. 2(1): 53-68.
- * M. Coelho, R. Fazenda e **V. Mendes** (2002). Os Fundos de Investimento em Portugal. *Cadernos do Mercado de Valores Mobiliários*, 13: 11-39.
- * M. Abreu and **V. Mendes** (2001). Commercial Bank Interest Margins And Profitability: Evidence For Some EU Countries”. *Global Business & Economics Review* - Anthology 2001.
- * Rebelo, J. and **V. Mendes** (2000). Malmquist Indices of Productivity Change in Portuguese Banking: The Deregulation Period. *International Advances in Economic Research*, 6(3): 531-543.

CURRICULUM VITAE
Guido Orlando de Freitas Rodrigues

QUALIFICAÇÕES

- . Licenciatura em Engenharia Mecânica pela Universidade do Porto;
 - . Prémio nacional para a melhor classificação em Engenharia;
- . Pós-graduação em Gestão: “Advanced Management Programm” (Lausana, Suíça).

ACTIVIDADE ACTUAL

- . Consultor em profissão liberal nas áreas da Gestão e Planeamento / Inovação;
- . Consultor da Comissão Europeia (Bruxelas);
- . Consultor da União Interparlamentar (Genebra).

CARGOS DESEMPENHADOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- . Assistente da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
- . Director e Administrador de uma grande empresa metalomecânica multinacional;
- . Responsável pelo projecto e instalação de uma empresa industrial em Angola;
- . Vogal da “Comissão Instaladora da Empresa Pública de Saneamento Básico do Porto”;
- . Vice-Presidente do Conselho de Administração do IAPMEI - Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas Industriais, responsável pela Região Norte do País;
- . Deputado à Assembleia da República pelo Distrito do Porto:
 - Membro e Vice-Presidente da Comissão de Economia, Finanças e Plano;
 - Fundador e Presidente do Grupo Portugal-Alemanha;
 - Presidente do Conselho de Administração da Assembleia da República;
- . Consultor dos Ministérios da Indústria e das Obras Públicas;
- . Colaborador da Comissão de Coordenação da Região Norte;
- . Co-autor dos projectos “Estratégia de Inovação para a Região Norte” (Agência de Inovação) e “Estratégia de Inovação para a Região Centro” (CCR Centro);
- . Presidente do Conselho Fiscal do Banco Borges & Irmão;
- . Presidente do Conselho Fiscal da Ordem dos Engenheiros ;
- . Várias obras publicadas no âmbito da indústria, do planeamento e do saneamento básico.